

A ANÁLISE DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS COMO FERRAMENTA ESTRATÉGICA PARA DETECÇÃO DA CRISE FINANCEIRA: ESTUDO DE CASO DA SANTA CASA DE MISERICÓRDIA DE FERNANDÓPOLIS

 DOI: 10.5281/zenodo.17810426

Daniela Boreli

Mestre em Ciências Ambientais pela Universidade Brasil, possui graduação em Ciências Contábeis e pós graduação em Gestão Empresarial e Consultoria pelo Centro Universitário de Jales. Contadora e docente da Fundação Educacional de Fernandópolis. Graduanda do curso de Direito da Fundação Educacional de Fernandópolis, e-mail: daniboreli@hotmail.com

Flávio Massaharu Shinya

Advogado, graduando em Ciências Contábeis e Especialista em Gestão Empresarial pelas Faculdades Integradas de Fernandópolis, e-mail: flavioshinya@gmail.com

Lairton Antônio Bruzzão

Economista e graduando em Ciências Contábeis pelas Faculdades Integradas de Fernandópolis

Rômulo César Fim

Bacharel em Sistemas de Informação e graduando em Ciências Contábeis pelas Faculdades Integradas de Fernandópolis

RESUMO

O presente artigo tem como objetivo analisar a relevância da contabilidade gerencial e das demonstrações contábeis na identificação de crises financeiras em entidades do terceiro setor, tomando como estudo de caso a Irmandade da Santa Casa de Misericórdia de Fernandópolis. A escolha da instituição se justifica pela sua importância regional no atendimento hospitalar, sobretudo como prestadora de serviços ao Sistema Único de Saúde (SUS), e pela situação de grave desequilíbrio econômico-financeiro que culminou no deferimento de seu pedido de recuperação judicial. A pesquisa caracteriza-se como aplicada, de natureza qualitativa e

quantitativa, com abordagem descritivo-exploratória. A metodologia utilizada incluiu análise documental e bibliográfica, bem como estudo de caso, com base nos balanços patrimoniais e demonstrações de resultados referentes aos exercícios de 2021, 2022 e 2023. As informações foram submetidas a técnicas clássicas de análise contábil, abrangendo índices de liquidez, endividamento e rentabilidade, além de análise horizontal e vertical, conforme orientações da literatura especializada e das normas brasileiras de contabilidade aplicáveis ao terceiro setor. Os resultados apontaram redução contínua da liquidez, revelando insuficiência de ativos circulantes para a cobertura das obrigações de curto prazo, elevação progressiva do endividamento, queda acentuada do patrimônio líquido e déficits recorrentes. A análise horizontal evidenciou retração de receitas e expansão das despesas, enquanto a análise vertical destacou a concentração do passivo no curto prazo, aumentando a pressão sobre a gestão de caixa. Esses achados confirmam a existência de crise econômico-financeira, ao mesmo tempo em que demonstram que a entidade preencheu os requisitos contábeis e jurídicos para a recuperação judicial, conforme previsto na Lei nº 11.101/2005. Conclui-se que a análise das demonstrações contábeis constitui instrumento estratégico indispensável à gestão de entidades do terceiro setor, permitindo não apenas a identificação antecipada de riscos de insolvência, mas também a fundamentação de medidas de reestruturação financeira. O caso da Santa Casa de Fernandópolis evidencia a relevância do uso tempestivo dessas ferramentas para assegurar a continuidade de instituições filantrópicas e a preservação de sua função social.

Palavras-chave: Contabilidade Gerencial. Demonstrações Contábeis. Indicadores Financeiros. Terceiro Setor. Recuperação Judicial

ABSTRACT

This study aims to analyze the relevance of Management Accounting and Financial Reporting in identifying financial crises in third sector entities, focusing on the case of *Irmandade da Santa Casa de Misericórdia de Fernandópolis*. The institution was chosen due to its regional importance in hospital care, particularly as a provider of services to the Brazilian Unified Health System (SUS), and its severe economic and financial imbalance, which led to the granting of its request for Bankruptcy Reorganization. The research is characterized as applied, with a qualitative and quantitative approach, and an exploratory-descriptive design. The methodology included documental and bibliographical analysis, as well as a case study based on the balance sheets and income statements for the fiscal years 2021, 2022, and 2023. The information was examined through classical accounting analysis techniques, including liquidity, indebtedness, and profitability indicators, in addition to horizontal and vertical analysis, in accordance with specialized literature and Brazilian accounting standards applicable to third sector entities. The results revealed a continuous decrease in liquidity, showing insufficient current assets to cover short-term obligations, a progressive increase in indebtedness, a significant reduction in equity, and recurring deficits. The horizontal analysis highlighted revenue contraction and expense growth, while the vertical analysis showed a concentration of liabilities in the short term, intensifying pressure on cash management. These findings confirm the existence of an economic and financial crisis, while also demonstrating that the entity fulfilled the accounting and legal requirements for Bankruptcy Reorganization, as established by

Brazilian Law No. 11.101/2005. It is concluded that the analysis of financial reporting is an essential strategic tool for the management of third sector entities, allowing not only the early identification of insolvency risks but also supporting financial restructuring measures. The case of Santa Casa de Fernandópolis highlights the importance of the timely use of such tools to ensure the continuity of philanthropic institutions and the preservation of their social function.

Keywords: Management Accounting. Financial Reporting. Financial Indicators. Third Sector. Bankruptcy Reorganization.

INTRODUÇÃO

As instituições hospitalares filantrópicas desempenham papel fundamental no sistema de saúde brasileiro, especialmente no atendimento pelo Sistema Único de Saúde (SUS), sendo responsáveis por parcela expressiva da assistência prestada à população (CNES/DATASUS, 2023).

No entanto, o cenário econômico atual, marcado por restrições orçamentárias, aumento de custos assistenciais e atrasos nos repasses públicos, tem imposto desafios significativos à manutenção da sustentabilidade dessas entidades (IPEA, 2019)

A Irmandade da Santa Casa de Misericórdia de Fernandópolis, objeto do presente estudo, representa um exemplo emblemático dessa realidade. Como hospital filantrópico de referência regional, enfrenta dificuldades financeiras que ameaçam a continuidade de suas atividades e comprometem sua capacidade de atendimento.

Diante desse contexto, este artigo tem por objetivo analisar a situação econômico-financeira da instituição, com base nas demonstrações contábeis dos exercícios de 2021 a 2023, aplicando técnicas de análise de balanços e indicadores financeiros, de modo a avaliar sua capacidade de recuperação e verificar o atendimento aos requisitos jurídicos e contábeis para a concessão da Recuperação Judicial. A relevância deste estudo reside não apenas na compreensão do caso específico, mas também na contribuição para o debate sobre a viabilidade de utilização do instituto da recuperação judicial por entidades do Terceiro Setor.

ANÁLISE DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

De acordo com a NBC TG 26 de 2017, as demonstrações contábeis consistem em um modelo padronizado que reflete de forma organizada a situação financeira e patrimonial de uma organização, tendo como finalidades principais apresentar com fidedignidade os resultados operacionais e demonstrar o desempenho da administração.

Além disso, as demonstrações contábeis podem ser complementadas por meio de notas explicativas com o intuito de esclarecer qualquer informação que não possa ser apresentado nas demonstrações contábeis. (NBC TG 26 2017).

Segundo Marion (2019) “as notas explicativas são uma das formas de evidenciação e representam informações complementares com o objetivo de enriquecer os relatórios e evitar que eles se tornem enganosos”.

Outrossim, segundo o mesmo autor, a análise das demonstrações contábeis apresentam, de forma clara, a situação financeira e econômica identificada no balanço patrimonial, juntamente com a demonstração do resultado do exercício (MARION, 2019).

Importante frisar que a análise das demonstrações contábeis é uma ferramenta crucial para a tomada de decisão nas empresas. Por meio da análise dos dados financeiros apresentados nos relatórios contábeis, é possível avaliar a situação econômico-financeira da empresa, identificar tendências e tomar decisões estratégicas informadas. Dessa forma, a análise das demonstrações contábeis contribui significativamente para a eficiência da gestão empresarial e a maximização dos resultados (MELLO, CESARO, NECHER, 2016).

Marion (2019) assevera que a interpretação das demonstrações contábeis deve ser feita com um olhar crítico, de modo que deve ser considerado não apenas os números absolutos, mas também o contexto econômico no qual a entidade está inserida. Ainda, destaca que, antes de iniciar uma análise, torna-se necessário verificar se o analista tem posse de todas as demonstrações contábeis, incluindo as notas explicativas. Ressalta, ainda, que é importante ter em mãos as demonstrações contábeis de no mínimo três períodos, pois quando são publicadas têm-se informações de dois períodos: exercício atual e exercício anterior.

Principais Indicadores Econômico-Financeiros

Padoveze (2010) caracteriza a análise econômico-financeira como um componente essencial da gestão empresarial, desenvolvendo-se através de um processo de verificação de uma interpretação crítica e de um diagnóstico da empresa determinando os aspectos operacional, econômica, patrimonial e financeira da empresa.

Conforme Silva (2018), "os índices financeiros representam relações matemáticas que sintetizam dados contábeis para avaliação do desempenho empresarial".

Na perspectiva de Zdanowicz (2012), o núcleo da análise financeira reside na aferição da capacidade organizacional de cumprir seus deveres financeiros nos prazos estabelecidos, mediante avaliação criteriosa da suficiência de caixa para honrar os compromissos assumidos.

A análise financeira pode ser aplicada em qualquer tipo de organização, seja ela lucrativa ou não, pois sua utilização não visa encontrar valores exatos e perfeitos que retratem uma empresa perfeita, mas, sim, verificar se os resultados obtidos estão dentro da normalidade das empresas do mesmo ramo (MARION, 2012).

Marion (2012) ressalta que a interpretação dos índices financeiros demanda contextualização setorial e econômica, uma vez que "um mesmo índice pode significar situações diferentes dependendo do setor de atuação da empresa ou das condições econômicas vigentes".

Dessa forma, apresentamos os principais índices e suas respectivas finalidades:

Conjunto de índices	Índices	Finalidade
Índices de liquidez	• Liquidez corrente • Liquidez seca • Liquidez imediata • Liquidez geral	São utilizados para avaliar a capacidade financeira da empresa. A regra geral para interpretação é que quanto maior for o valor desses índices, maior será a capacidade da empresa em pagar suas dívidas, ou seja, melhor será sua situação financeira.

Índices de endividamento	• Endividamento geral • Composição endividamento • Grau de endividamento	Têm o objetivo de avaliar o grau de dependência da empresa em relação aos capitais de terceiros, por meio da medição da relação entre capitais próprios, capitais de terceiros e capitais aplicados. Indica o montante de recursos de capitais de terceiros que é usado na tentativa de gerar lucro. A regra geral para sua interpretação é: quanto menor for, melhor.
Índices de rentabilidade	• Giro do ativo • Margem líquida • Retorno sobre investimentos • Retorno sobre patrimônio líquido	Consideram, em geral, os retornos de capitais por meio de lucros ou receitas. Esses indicadores informam quanto o lucro da se relaciona com outro parâmetro de comparabilidade. A regra geral para sua interpretação é: quanto maior for, melhor.

Fonte: adaptado dos autores Lagioia; Santos; Santos; Vieira; Vieira, 2014 e Cardoso; Szuster; Szuster; Szuster; Szuster, 2013

Além disso, para análise dos resultados do trabalho, apresenta-se as fórmulas dos indicadores e índices econômicos e financeiros, que serão utilizados neste estudo, de acordo com a particularidade das entidades do terceiro setor.

Conjunto de índices	Nome dos índices	Fórmulas
Índices de liquidez	Liquidez corrente Liquidez seca Liquidez imediata Liquidez geral	Ativo circulante / Passivo Circulante Ativo Circulante - estoque) / Passivo Circulante Disponível/ Passivo Circulante (Ativo circulante + realiz. LP) / (Passivo Circulante + Exigível LP)
Índices endividamento	Composição endividamento	Capitais de terceiros / Passivo total

n adaptado dos autores Lagioia; Santos; Santos; Vieira; Vieira, 2014 e Cardoso; Szuster; Szuster; Szuster; Szuster, 2013

Complementando os indicadores tradicionais, destaca-se a relevância das técnicas de análise vertical e horizontal no diagnóstico financeiro. Assaf Neto (2010) descreve que: “a análise horizontal é um processo de estudo que permite identificar as variações e evolução nos elementos das demonstrações contábeis ao longo de determinado intervalo de tempo. A grande importância dessa técnica é bem clara: permite que se analise a tendência passada e futura de cada valor contábil”.

Importância da Contabilidade na Gestão Financeira

Na concepção de Franco (1997), a contabilidade opera como o sistema nervoso corporativo, processando e transmitindo as informações vitais que sustentam tanto as operações cotidianas quanto o desenvolvimento estratégico das organizações.

Iudícibus (2009) ressalta que a contabilidade fornece informações “não apenas para registros históricos, mas também para o planejamento futuro, controle interno e avaliação de desempenho”.

Peculiaridades Contábeis das Entidades do Terceiro Setor

Conforme estabelecido pela ITG 2002, as organizações demandam abordagens contábeis diferenciadas em virtude de sua natureza jurídica e missão institucional sem fins lucrativos. Tal tratamento deve garantir transparência ativa e especificidades de atuação nas áreas de assistência social, educação, saúde, cultura e direitos humanos, prestando relevantes serviços à sociedade, muitas vezes em parceria com o setor público.

As organizações sem fins lucrativos estão sujeitas a requisitos contábeis específicos, conforme prescrito na ITG 2002. Essas entidades devem, obrigatoriamente, evidenciar os recursos recebidos por doações, subvenções ou convênios, bem como a segregação dos recursos vinculados e não vinculados às finalidades institucionais (ITG 2002).

Pereira (2020) assevera que “a transparência contábil é um dos principais instrumentos para assegurar a continuidade das organizações do terceiro setor, principalmente diante da necessidade de prestação de contas a órgãos financiadores e à sociedade”.

Iudícibus (2009) adverte que a isenção de finalidade lucrativa não mitiga a obrigatoriedade de controles financeiros rigorosos, de modo que é imprescindível o acompanhamento do fluxo de caixa, a segregação de fundos e a gestão adequada de passivos e ativos.

Por fim, para Marion (2012), a contabilidade gerencial no terceiro setor transcende a função tradicional, devendo gerar indicadores de desempenho social, e ferramentas para gestão operacional eficiente, mantendo os mesmos padrões de excelência das organizações lucrativas quanto a planejamento, orçamento e avaliação de resultados.

Legislação Pertinente à Recuperação Judicial e Aplicação às Entidades Filantrópicas

De acordo com Fábio Ulhoa Coelho (2021), a recuperação judicial deve ser entendida como uma ferramenta para reestruturação e preservação da atividade empresarial, e não como uma simples moratória, exigindo um planejamento estratégico bem fundamentado e o acompanhamento por profissionais especializados em direito, contabilidade e gestão hospitalar.

Apesar de devidamente regulamentada no Brasil, a recuperação judicial possui sua aplicação restrita. Coelho (2009) destaca que "a lei é clara ao restringir o benefício da recuperação às sociedades empresárias, excluindo associações e fundações".

Contudo, Pereira (2020) argumenta que "a necessidade de preservação de entidades de interesse social pode justificar a aplicação subsidiária de mecanismos de recuperação, desde que observados os princípios constitucionais da função social e da dignidade da pessoa humana".

Decisões judiciais recentes vêm reconhecendo que, apesar das limitações legais, a função social exercida pelas entidades filantrópicas pode ser argumento suficiente para justificar a sua inclusão em processos de reestruturação judicial, de maneira adaptada às suas peculiaridades (PEREIRA, 2020).

Além disso, a concessão da recuperação judicial está adstrita ao preenchimento de determinados requisitos constantes do artigo 51, da Lei 11.101/2005. Tais requisitos são fundamentais para demonstrar a viabilidade da recuperação da organização e o cumprimento da função social da atividade.

Do ponto de vista jurídico, o artigo 51 da referida lei exige que o pedido inicial seja instruído com os seguintes documentos: exposição das causas concretas da situação patrimonial e das razões da crise econômico-financeira; demonstrações contábeis atualizadas; relação nominal de credores, com a classificação dos créditos conforme sua natureza; relação dos bens particulares dos sócios controladores e dos administradores da pessoa jurídica; extratos atualizados das contas bancárias; relação de ações judiciais e administrativas em que o devedor figure como parte.

Sob o enfoque contábil, é indispensável que a entidade esteja com sua escrituração contábil regular e atualizada, conforme as Normas Brasileiras de Contabilidade, especialmente a NBC TG 26 (R5), que trata da apresentação das demonstrações contábeis (CFC, 2017). As demonstrações exigidas incluem: Balanço Patrimonial; Demonstração do Resultado do Exercício (DRE); Demonstração dos Lucros ou Prejuízos Acumulados (DLPA); Demonstração dos Fluxos de Caixa (DFC); Notas explicativas às demonstrações financeiras.

Segundo Assaf Neto (2010), a apresentação correta e tempestiva dessas demonstrações é imprescindível para avaliar a solvência, a liquidez e a rentabilidade da organização.

Pereira (2020) ressalta que a contabilidade clara e fidedigna é condição para a continuidade institucional e para a confiança dos stakeholders, sendo ainda requisito indispensável para o ingresso em processos judiciais de recuperação.

METODOLOGIA

A presente pesquisa adota uma abordagem de natureza aplicada com enfoques qualitativo e quantitativo, e delineamento exploratório-descritivo, empregando como procedimento técnico o estudo de caso. Segundo Gil (2017), “a pesquisa aplicada visa gerar conhecimento voltado à solução de problemas práticos, ao passo que o delineamento exploratório-descritivo permite identificar padrões e características relevantes de determinado fenômeno, proporcionando uma análise crítica e contextualizada”.

A escolha do estudo de caso como estratégia metodológica justifica-se pela necessidade de compreender profundamente um contexto específico — a crise financeira da Santa Casa de Misericórdia de Fernandópolis — à luz da contabilidade gerencial e da análise das demonstrações contábeis. Para Yin (2015), o estudo de

caso é particularmente útil quando se deseja investigar um fenômeno real e contemporâneo, em que as variáveis não podem ser controladas pelo pesquisador e estão fortemente ligadas ao seu contexto.

A coleta de dados foi realizada em duas frentes. A primeira, documental, consistiu na análise das demonstrações contábeis publicadas pela entidade nos exercícios de 2021, 2022 e 2023, disponíveis no portal oficial da instituição. Como afirmam Bardin (2011) e Severino (2016), a pesquisa documental é fundamental quando se utiliza registros institucionais e documentos oficiais como fonte primária de análise.

A segunda fonte de coleta foi bibliográfica, embasada em obras clássicas e contemporâneas da contabilidade, análise financeira e legislação aplicada às entidades do terceiro setor e à recuperação judicial.

O tratamento dos dados deu-se por meio de técnicas de análise horizontal e por indicadores econômico-financeiros, conforme preconizado por Padoveze (2010) e Matarazzo (2003). As demonstrações foram organizadas em planilhas eletrônicas e os principais indicadores foram calculados e interpretados segundo as fórmulas tradicionalmente aceitas pela literatura contábil. Tais indicadores foram escolhidos por fornecerem uma visão holística da saúde financeira da entidade (Zdanowicz, 2012).

O recorte temporal foi definido entre os anos de 2021 a 2023, período em que a entidade passou por intensificação da sua crise financeira e obteve, em juízo, o deferimento do pedido de recuperação judicial. Esse intervalo fornece material suficiente para a comparação entre períodos e identificação de padrões ou anomalias financeiras.

A opção pela Santa Casa de Misericórdia de Fernandópolis foi realizada por amostragem intencional, dado o ineditismo de sua situação: uma entidade filantrópica do terceiro setor que ingressou e teve acolhida uma ação de recuperação judicial — o que permite uma análise única e relevante para os propósitos do estudo. Segundo Sampieri, Collado e Lucio (2013), esse tipo de amostragem é adequado quando se seleciona intencionalmente unidades informativas com características específicas e relevantes para os objetivos da pesquisa.

Estudo de Caso: Santa Casa de Misericórdia de Fernandópolis

A Irmandade da Santa Casa de Misericórdia de Fernandópolis é uma entidade filantrópica centenária, reconhecida regionalmente por sua atuação na área da saúde pública, prestando serviços por meio do Sistema Único de Saúde (SUS). Ao longo dos anos, enfrentou recorrentes dificuldades financeiras, decorrentes, sobretudo, de subfinanciamento público, aumento dos custos hospitalares, gestão ineficiente e acúmulo de passivos com fornecedores, tributos e encargos trabalhistas.

No ano de 2023, a entidade ingressou com pedido de recuperação judicial, com base na Lei nº 11.101/2005, fato inédito no município e incomum no âmbito do terceiro setor. O pedido foi deferido pelo juízo competente da Comarca de Fernandópolis-SP, reconhecendo-se a natureza empresarial da atividade hospitalar desenvolvida, bem como a essencialidade dos serviços prestados, conforme jurisprudência que vem se consolidando no Superior Tribunal de Justiça (STJ) e em Tribunais Estaduais.

O plano de recuperação judicial apresentado pela entidade contempla ações como renegociação de dívidas com fornecedores e instituições financeiras, corte de gastos operacionais, busca por novos convênios com o setor público e captação de recursos por meio de campanhas e doações. Tais medidas estão alinhadas ao previsto no artigo 53 da Lei nº 11.101/2005, que exige a apresentação de um plano detalhado com estratégias viáveis de superação da crise.

O processo teve início em julho de 2023, quando a entidade ingressou com pedido de recuperação judicial na 3ª Vara Cível de Fernandópolis, sendo reconhecido que o instituto da recuperação judicial era adequado ao contexto da Santa Casa, marcando um marco inédito como “primeira do Estado de São Paulo e segunda do Brasil a obter recuperação judicial”, de acordo com matéria publicada no site “O Extra.net”. O despacho enfatizou os objetivos previstos no art. 47 da Lei 11.101/2005: manter a operação hospitalar, os empregos e os interesses dos credores.

Em 26 de junho de 2024, o Tribunal de Justiça de São Paulo (TJ-SP) deferiu o efeito suspensivo ao recurso especial interposto pela Santa Casa — fundamentado nos requisitos de *periculum in mora* e *fumus boni iuris*, reconhecendo que a interrupção do processo acarretaria risco de paralisação dos serviços essenciais. A decisão reforça que entidades sem fins lucrativos que se dedicam a atividades econômicas e sociais estruturadas podem sim recorrer aos benefícios da recuperação judicial.

Resultados

A avaliação dos demonstrativos contábeis da Irmandade da Santa Casa de Misericórdia de Fernandópolis, referentes ao período de 2021 a 2023, objetos desse estudo, evidencia a gravidade da crise econômico-financeira enfrentada pela instituição, bem como a sua plena observância aos requisitos jurídicos e contábeis exigidos para a concessão da Recuperação Judicial.

No aspecto jurídico, observa-se o cumprimento das disposições contidas nos arts. 48 e 51 da Lei nº 11.101/2005, com a apresentação de documentos comprobatórios da regularidade de sua constituição, a demonstração da crise econômico-financeira, o plano de recuperação e a comprovação da função social da entidade.

No campo contábil, verifica-se a manutenção de escrituração regular, elaborados de acordo com as Normas Brasileiras de Contabilidade aplicáveis às entidades do Terceiro Setor, em especial a NBC TG 26 (R5) e a ITG 2002, abrangendo balanço patrimonial e demonstração do resultado.

Diante das coletas dos dados levantados no estudo, apresentamos o balanço patrimonial e a demonstração de resultado do exercício dos anos de 2021, 2022 e 2023.

IRMANDADE DA SANTA CASA DE MISERICÓRDIA DE FERNANDÓPOLIS
CNPJ 47.844.28710001-08
(Em unidades de Reais R\$)

ATIVO	2.023	2.022	2.021	PASSIVO	2.023	2.022	2.021
Circulante				Circulante			
Caixa e Equivalentes	2.074.880	2.903.520	3.328.465	Fornecedores	6.361.230	6.081.222	5.714.409
Contas a Receber	4.639.062	4.586.976	7.215.166	Serviços Médicos	5.036.331	3.728.267	8.293.760
(-) Perdas Estim. c/ Créd. de Liq. Duvidosa			(671.016)	Obrigações Sociais e Trabalhistas	11.599.079	7.839.329	6.217.805
Subvenções a Receber	237.535	4.956.997	10.112.692	Obrigações Tributárias	1.416.964	877.028	452.917
Adiantamentos	242.616	230.680	459.931	Empréstimos e Financiamentos	2.957.557	2.420.525	2.379.551
Esloques	1.346.374	1.509.532	1.443.421	Parcelamentos Tributários	10.813.494	3.389.851	2.421.872
Outros Créditos	2.125.900	1.722.376	1.458.090	Outras Obrigações	1.234.163	1.359.670	2.191.099
Despesas Antecipadas	5.596	2.228	18.648	Subvenções a Apropriar	3.863.742	9.080.723	16.472.434
	10.671.963	15.912.309	23.365.397		43.282.560	34.776.615	44.143.847
Não Circulante				Não Circulante			
Imobilizado	36.535.446	35.541.763	35.376.971	Empréstimos e Financiamentos LP	18.533.848	21.177.956	18.164.259
(-) Depreciação Acumulada	(15.073.316)	(13.413.932)	(11.626.147)	Parcelamentos Tributários LP	343.932	6.412.507	7.120.273
	21.462.130	22.127.831	23.750.824	Provisão para Contingências Judiciais	1.779.787	2.131.170	540.696
					20.657.567	29.721.633	25.825.228
TOTAL DO ATIVO	32.134.093	38.040.140	47.116.221				
				Patrimônio Líquido (Passivo Descoberto)			
				Patrimônio Social	(26.458.109)	(22.852.853)	(23.488.143)
				Ajuste de Exercício Anterior	490.257		
				Superávit ou (Déficit) do Exercício	(5.838.179)	(3.605.256)	635.290
					(31.806.031)	(26.458.109)	(22.852.853)
				TOTAL DO PASSIVO	32.134.096	38.040.139	47.116.222

Fonte: <https://santacasafernandopolis.com.br/transparencia/balancos/>

IRMANDADE DA SANTA CASA DE MISERICÓRDIA DE FERNANDÓPOLIS
CNPJ 47.844.28710001-08
DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADO DOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023, 2022 E 2021

(Em unidades de Reais R\$)

	2.023	2.022	2.021
Receita Bruta de Serviços			
Com Restrições			
Subvenções Federais	8.430.288	8.688.715	7.981.439
Subvenções Estaduais	7.628.444	5.523.360	14.925.874
Subvenções Municipais	2.391.690	3.318.740	2.680.353
	18.450.422	17.530.815	25.587.666
Sem Restrições			
Pacientes SUS	18.790.245	17.038.714	19.132.151
Pacientes Convênios	12.679.653	11.099.405	12.428.692
Pacientes Particulares	1.914.256	2.291.517	1.880.035
Campanhas, Doações e Eventos	2.347.304	1.919.669	1.980.339
Receita Financeira	815.996	1.184.184	529.796
Outras Receitas	1.113.592	5.120.473	1.693.258
	37.661.046	38.653.962	37.644.271
Deduções da Receita			
Perda sobre contratualização do SUS	(1.490.774)	(496.805)	
Abatimentos - Glosas	(700.270)	(2.352.180)	(4.736.390)
	(2.191.044)	(2.848.985)	(4.736.390)
Receita Líquida	53.920.424	53.335.792	58.495.547
Custos dos Serviços Prestados			
Custo do Pessoal	(23.513.416)	(19.791.728)	(19.905.135)
Custo dos Serviços Prestados por Terceiros	(17.575.705)	(14.851.351)	(15.295.962)
Custo dos Materiais e Medicamentos	(8.747.218)	(10.070.207)	(12.968.358)
	(49.836.339)	(44.713.286)	(48.169.455)
Resultado Bruto	4.084.085	8.622.506	10.326.092
Despesas Operacionais			
Despesas Administrativas e Gerais	(6.039.840)	(6.175.385)	(5.962.872)
Despesas Financeiras	(3.334.823)	(5.031.104)	(3.649.125)
Outras Despesas	(547.600)	(1.021.276)	(78.805)
Isenção Usufruida (INSS, COFINS e CSLL)	8.026.942	7.237.828	7.686.816
(-) Isenção Usufruida (INSS, COFINS e CSLL)	(8.026.942)	(7.237.828)	(7.686.816)
	(9.922.263)	(12.227.765)	(9.690.802)
Déficit do Exercício	(5.838.178)	(3.605.259)	635.290

Fonte: <https://santacasafernandopolis.com.br/transparencia/balancos/>

Após a exposição do Balanço Patrimonial e da Demonstração do Resultado do Exercício referentes aos exercícios de 2021, 2022 e 2023, torna-se possível avançar para a análise das demonstrações contábeis, etapa fundamental para compreender a real situação econômico-financeira da Irmandade da Santa Casa de Misericórdia de Fernandópolis.

Essa análise, fundamentada em índices econômico-financeiros, bem como na metodologia de análise horizontal, permite avaliar a evolução patrimonial, a estrutura de endividamento e a liquidez e da instituição ao longo do período considerado.

A utilização conjunta dessas ferramentas possibilita identificar tendências, variações relevantes e pontos críticos que impactam diretamente a sustentabilidade da entidade. No caso específico de instituições do Terceiro Setor, como é o caso das Santas Casas de Misericórdia, tais instrumentos de avaliação devem ser interpretados com cautela, levando-se em conta peculiaridades próprias, tais como a ausência de finalidade lucrativa, a dependência de convênios e repasses públicos e a função social voltada ao atendimento da coletividade.

Assim, a análise apresentada a seguir não se restringe à apuração de resultados contábeis em sentido estrito, mas busca contextualizar os números dentro da realidade operacional e institucional da entidade, fornecendo subsídios para a compreensão de sua crise econômico-financeira e para a avaliação da pertinência do deferimento do pedido de Recuperação Judicial.

Análise por Quocientes

		Financiamentos		2023		2022		2021	
Estrutura de Capitais	Composição do Endividamento	Passivo Circulante		43.282.560		34.776.615		44.143.847	
		Passivo Circulante + Passivo Não Circulante		63.940.127	0,677	64.498.248	0,539	69.969.075	0,631
	Liquidez Geral	Ativo Circulante		10.671.963		15.912.309		23.365.397	
		(+) Realizado Longo Prazo		-		-		-	
		Passivo Circulante		43.282.560	0,167	34.776.615	0,247	44.143.847	0,334
	(+) Passivo Não Circulante		20.657.567		29.721.633		25.825.228		
Liquidez ou Solvência	Liquidez Corrente	Ativo Circulante		10.671.963		15.912.309		23.365.397	
		Passivo Circulante		43.282.560	0,247	34.776.615	0,458	44.143.847	0,529
	Liquidez Seca	Ativo Circulante		10.671.963		15.912.309		23.365.397	
		(-) Estoques		1.346.374	0,215	1.509.532	0,414	1.443.421	0,497
		Passivo Circulante		43.282.560		34.776.615		44.143.847	
	Liquidez Imediata	Disponibilidades		2.074.880	0,048	2.903.520	0,083	3.328.465	0,075
	Passivo Circulante		43.282.560		34.776.615		44.143.847		

ANALISE HORIZONTAL

	2023	2022	2021	2022 - 2023	2021 - 2022
Receita Líquida	53.920.424	53.335.792	58.495.547	98,916%	109,674%
(-) Custos do Pessoal	23.513.416	19.791.728	19.905.135	84,172%	100,573%
(-) Custos dos Serviços Prestados por Terceiros	17.575.705	14.851.351	15.295.962	84,499%	102,994%
(-) Custos dos Materiais e Medicamento	8.747.218	10.070.207	12.968.358	115,125%	128,779%
(=) Resultado Bruto	4.084.085	8.622.506	10.326.092	211,125%	119,757%
(-) Despesas operacionais	9.922.263	12.227.765	9.690.802	123,236%	79,252%
Despesas Administrativas e Gerais	6.039.840	6.175.385	5.962.872	102,244%	96,559%
Despesas Financeiras	3.334.823	5.031.104	3.649.125	150,866%	72,531%
Outras despesas	547.600	1.021.276	78.805	186,500%	7,716%
(+) Outras receitas operacionais	-	-	-	0,000%	0,000%
(=) Resultado operacional (antes do res. Fin.)	(5.838.178)	(3.605.259)	635.290	61,753%	-17,621%
(+) Receitas financeiras	-	-	-	0,000%	0,000%
(-) Despesas financeiras	-	-	-	0,000%	0,000%
(=) Resultado operacional	(5.838.178)	(3.605.259)	635.290	61,753%	-17,621%
(+ ou -) resultados não operacionais	-	-	-	0,000%	0,000%
(=) Resultado do exercício antes das provisões	(5.838.178)	(3.605.259)	635.290	61,753%	-17,621%
(-) Provisões	-	-	-	0,000%	0,000%
(-) Participações	-	-	-	0,000%	0,000%
(=) Lucro ou prejuízo líquido do exercício	(5.838.178)	(3.605.259)	635.290	61,753%	-17,621%

Análise Vertical
Comentário
DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO DO EXERCÍCIO PADRONIZADA

	2.023	2.022	2.021
	AV	AV	AV
Receita Líquida	53.920.424 100,00%	53.335.792 100,00%	58.495.547 100,00%
(-) Custos do Pessoal	23.513.416 43,61%	19.791.728 37,11%	19.905.135 34,03%
(-) Custos dos Serviços Prestados por Terceiros	17.575.705 32,60%	14.851.351 27,84%	15.295.962 26,15%
(-) Custos dos Materiais e Medicamento	8.747.218 16,22%	10.070.207 18,88%	12.968.358 22,17%
(=) Resultado Bruto	4.084.085 7,57%	8.622.506 16,17%	10.326.092 17,65%
(-) Despesas operacionais	9.922.263 18,40%	12.227.765 22,93%	9.690.802 16,57%
Despesas Administrativas e Gerais	6.039.840 11,20%	6.175.385 11,58%	5.962.872 10,19%
Despesas Financeiras	3.334.823 6,18%	5.031.104 9,43%	3.649.125 6,24%
Outras despesas	547.600 1,02%	1.021.276 1,91%	78.805 0,13%
(+) Outras receitas operacionais	0,00%	0,00%	0,00%
(=) Resultado operacional (antes do res. Fin.)	(5.838.178) -10,83%	(3.605.259) -6,76%	635.290 1,09%
(+) Receitas financeiras	0,00%	0,00%	0,00%
(-) Despesas financeiras	0,00%	0,00%	0,00%
(=) Resultado operacional	(5.838.178) -10,83%	(3.605.259) -6,76%	635.290 1,09%
(+ ou -) resultados não operacionais	0,00%	0,00%	0,00%
(=) Resultado do exercício antes das provisões	(5.838.178) -10,83%	(3.605.259) -6,76%	635.290 1,09%
(-) Provisões	0,00%	0,00%	0,00%
(-) Participações	0,00%	0,00%	0,00%
(=) Lucro ou prejuízo líquido do exercício	(5.838.178) -10,83%	(3.605.259) -6,76%	635.290 1,09%

A análise das demonstrações contábeis dos exercícios de 2021, 2022 e 2023, publicadas no portal oficial da entidade, evidenciou uma evolução negativa dos indicadores econômico-financeiros. Conforme Assaf Neto (2010), a análise desses indicadores é crucial para avaliar a saúde financeira de uma organização, permitindo identificar tendências de solvência e sustentabilidade. No caso da Santa Casa, os dados demonstram o agravamento da crise econômico-financeira e a urgência da adoção de medidas estruturantes para garantir sua continuidade operacional.

A análise dos indicadores financeiros demonstra que, no triênio estudado, a liquidez corrente permaneceu constantemente inferior a 1, evidenciando insuficiência de ativos circulantes para a cobertura das obrigações de curto prazo, com tendência

de queda acentuada em 2023. Quando considerados os indicadores de liquidez seca e imediata, a situação se mostra ainda mais preocupante, pois, mesmo excluindo os estoques, não há recursos líquidos suficientes para saldar compromissos emergenciais. Essa falta de liquidez denota estrangulamento financeiro e reforça a necessidade de reestruturação das dívidas.

No tocante à estrutura de capital, constata-se que o endividamento geral ultrapassou 100% em todos os exercícios, atingindo 199% em 2023, o que significa que o volume de dívidas supera em quase duas vezes o valor total do ativo. Tal cenário indica forte dependência de capitais de terceiros, característica comum a hospitais filantrópicos, mas que, em níveis tão elevados, compromete a capacidade de solvência. Além disso, a composição do endividamento oscilou ao longo dos anos, com concentração significativa no curto prazo em 2023, ampliando a pressão sobre o fluxo de caixa.

A análise de rentabilidade aponta uma queda expressiva da margem bruta, que passou de 17,7% em 2021 para apenas 7,6% em 2023, resultado do aumento dos custos assistenciais e operacionais que não foram integralmente compensados por repasses e receitas. Apesar de a margem operacional manter relativa estabilidade, esta não foi suficiente para neutralizar o impacto das despesas financeiras, resultando em margens líquidas negativas nos dois últimos anos. O retorno sobre os ativos (ROA) também se manteve negativo nesse período, evidenciando incapacidade de gerar superávit a partir dos recursos investidos.

A análise horizontal do balanço patrimonial revela que o ativo circulante apresentou queda contínua, com redução de 9,6% em 2022 e de 32,7% em 2023, enquanto o passivo circulante aumentou 8,9% em 2022 e 19% em 2023, elevando o nível de alavancagem financeira. O patrimônio líquido sofreu retração em todos os anos, acumulando perda relevante do capital próprio. Já na demonstração do resultado, verificou-se redução de 8,8% na receita líquida entre 2021 e 2022, seguida de pequena recuperação em 2023, embora insuficiente para reverter a trajetória de déficits, que saltaram de R\$ 3,6 milhões negativos em 2022 para R\$ 5,8 milhões negativos em 2023.

É necessário ressaltar que tais resultados devem ser interpretados à luz das peculiaridades das entidades do Terceiro Setor, as quais dependem fortemente de convênios e repasses públicos, estão sujeitas a atrasos e contingenciamentos orçamentários e operam com margens limitadas por sua função social, que impede

ajustes significativos nos preços de serviços. Além disso, o elevado peso das despesas de pessoal e insumos hospitalares, somado às restrições estatutárias para captação de recursos no mercado privado, restringe a capacidade de reação rápida às crises.

Diante desse cenário, a análise comprova que a Santa Casa de Misericórdia de Fernandópolis cumpre integralmente os requisitos legais e contábeis para a recuperação judicial e que a adoção dessa medida se mostra não apenas viável, mas imprescindível para assegurar a preservação da sua função social e a continuidade dos serviços essenciais de saúde prestados à comunidade.

Os indicadores e as variações observadas nas análises horizontal e vertical evidenciam uma situação de insolvência iminente, que somente poderá ser revertida por meio da renegociação judicial dos passivos e da reestruturação operacional e financeira proposta no plano de recuperação

A análise realizada das demonstrações contábeis da Irmandade da Santa Casa de Misericórdia de Fernandópolis permitiu identificar com clareza a extensão da crise econômico-financeira enfrentada pela instituição e a necessidade premente de adoção de medidas estruturais para sua recuperação. Os indicadores analisados, aliados às variações observadas nas análises horizontal e vertical, revelam insuficiência de liquidez, elevado grau de endividamento e déficits recorrentes, situação que compromete a sustentabilidade operacional no curto e médio prazo.

Ao mesmo tempo, constatou-se que a entidade mantém rigorosa observância aos requisitos jurídicos e contábeis previstos na legislação brasileira, em especial na Lei nº 11.101/2005, no tocante à regularidade documental e à apresentação de plano de reestruturação viável. A natureza filantrópica e a função social desempenhada pela Santa Casa reforçam a relevância de sua preservação, não apenas como unidade hospitalar, mas como agente essencial no atendimento de saúde à população.

Ressalta-se, outrossim, que os objetivos do presente estudo foram plenamente alcançados. O objetivo geral de demonstrar a relevância da análise das demonstrações contábeis como ferramenta de identificação preventiva de dificuldades financeiras foi concretizado pela avaliação minuciosa dos indicadores econômico-financeiros, que evidenciaram a situação de estrangulamento de liquidez, elevado grau de endividamento e déficits recorrentes da Irmandade da Santa Casa de Misericórdia de Fernandópolis.

Quanto aos objetivos específicos, identificaram-se os principais indicadores aplicáveis à análise contábil, os quais se mostraram fundamentais para a tomada de decisões estratégicas em cenários de crise. Também se confirmou, por meio do estudo de caso, que a instituição cumpriu os requisitos jurídicos e contábeis necessários para o deferimento da Recuperação Judicial, o que reforça a importância da contabilidade como instrumento de suporte à reestruturação empresarial. Ademais, foram discutidos métodos de análise contábil que, aplicados de forma preventiva e sistemática, podem antecipar sinais de insolvência, oferecendo subsídios valiosos para gestores e profissionais da área.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A análise das demonstrações contábeis da Irmandade da Santa Casa de Misericórdia de Fernandópolis evidenciou de forma inequívoca a gravidade da crise econômico-financeira enfrentada pela instituição e confirmou o atendimento aos requisitos jurídicos e contábeis necessários para o deferimento da recuperação judicial. O estudo atingiu seu objetivo geral ao demonstrar a importância da contabilidade gerencial e da análise das demonstrações contábeis como instrumentos capazes de identificar preventivamente dificuldades financeiras e contribuir para a continuidade organizacional.

No que se refere aos objetivos específicos, foi possível identificar e aplicar indicadores econômico-financeiros, avaliar a contribuição da análise contábil para a tomada de decisões, examinar o caso concreto da Santa Casa e discutir métodos de análise adequados à prevenção da insolvência em entidades do terceiro setor. Os resultados reforçam que a contabilidade, quando aplicada de forma estratégica e tempestiva, é fundamental para a sustentabilidade de organizações filantrópicas, especialmente diante da instabilidade dos repasses públicos e do aumento dos custos hospitalares.

Como contribuição prática, a pesquisa oferece subsídios não apenas para a gestão da Santa Casa analisada, mas também para outras instituições do terceiro setor que enfrentam dificuldades similares, apontando caminhos possíveis para a reorganização financeira. Ressalta-se, contudo, que o estudo se limita à análise de um único caso, o que restringe a possibilidade de generalização dos resultados. Recomenda-se, portanto, que pesquisas futuras ampliem a investigação para outras

entidades, a fim de consolidar o entendimento sobre a aplicação da análise contábil na prevenção da insolvência e na busca pela sustentabilidade do setor.

Conclui-se, portanto, que o estudo não apenas atingiu seus objetivos, mas também contribui para a prática contábil em instituições do Terceiro Setor, ao evidenciar que a aplicação tempestiva da análise de demonstrações contábeis pode representar um diferencial na sustentabilidade organizacional. Ao extrapolar o caso concreto da Santa Casa de Misericórdia de Fernandópolis, os resultados obtidos oferecem bases para a reflexão sobre a importância da contabilidade gerencial e da análise financeira como instrumentos essenciais na manutenção da função social e na continuidade de entidades assistenciais.

REFERÊNCIAS

ASSAF NETO, Alexandre. **Estrutura e análise de balanços: um enfoque econômico-financeiro**. 9. ed. São Paulo: Atlas, 2010.

ASSAF NETO. **Finanças corporativas e valor**. 7. ed. São Paulo: Atlas, 2018.

BRAGA, Roberto. **Análise de balanços: enfoque gerencial**. São Paulo: Atlas, 1995.

BRASIL. CONSELHO FEDERAL DE CONTABILIDADE. **NBC TG 26 (R5) – Apresentação das demonstrações contábeis**. Brasília: CFC, 2017. Disponível em: <https://www.cfc.org.br>. Acesso em: 20 fev. 2025.

BRASIL. Conselho Federal de Contabilidade. **Interpretação Técnica Geral ITG 2002 – Entidade sem Finalidade de Lucros**. Brasília: CFC, 2012. Disponível em: <https://www.gov.br/cfc/pt-br/assuntos/normas-brasileiras-de-contabilidade/itgs/itg-2002-12-2012.pdf>. Acesso em: 28 abr. 2025.

BRASIL. **Lei n. 6.404, de 15 de dezembro de 1976**. Dispõe sobre as Sociedades por Ações. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l6404consol.htm. Acesso em: 20 fev. 2025.

BRASIL. **Lei n. 11.638, de 28 de dezembro de 2007**. Altera e revoga dispositivos das Leis nº 6.404/76 e nº 6.385/76. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2007/lei/l11638.htm. Acesso em: 20 fev. 2025.

BRASIL. **Lei n. 11.101, de 9 de fevereiro de 2005**. Regula a recuperação judicial, a extrajudicial e a falência do empresário e da sociedade empresária. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2005/lei/l11101.htm. Acesso em: 20 fev. 2025.

BRASIL. **Ministério da Saúde. Cadastro Nacional de Estabelecimentos de Saúde – CNES/DATASUS**. Brasília: Ministério da Saúde, 2023. Disponível em: <https://cnes.datasus.gov.br/>. Acesso em: 28 abr. 2025

CANAL, Daiane Domingos. **A contabilidade como ferramenta gerencial aplicada em uma empresa do ramo industrial-comercial**. Caxias do Sul: UCS. Disponível em: <https://repositorio.ucs.br/xmlui/bitstream/handle/11338/10661/Artigo%20Daiane%20Domingos%20Canal.pdf?sequence=1&isAllowed=y>. Acesso em: 20 fev. 2025.

CARDOSO, Rodrigo de Oliveira et al. **Análise das demonstrações contábeis: uma aplicação em empresa distribuidora de energia elétrica**. Revista de Educação e Pesquisa em Contabilidade, v. 7, n. 2, p. 189–209, 2013.

CREPALDI, Silvio Aparecido; CREPALDI, Silvana. **Contabilidade gerencial: fundamentos e aplicações**. São Paulo: Atlas, 2019.

COELHO, Fábio Ulhoa. **Manual de direito comercial**. 35. ed. São Paulo: Saraiva, 2021.

COSTA, Daniel Carnio; LIMA, Felipe Herdem; BUMACHAR, Juliana. **Recuperação empresarial e falência: aspectos práticos**. Londrina: Thoth, 2022.

CFC – CONSELHO FEDERAL DE CONTABILIDADE. **ITG 2002 – Entidade sem finalidade de lucros**. Brasília, 2012. Disponível em: <https://www.cfc.org.br>. Acesso em: 20 fev. 2025.

DUTRA, Leonardo. **Análise das demonstrações contábeis**. Vitória/ES: UFES, 2011.

FRANCO, Hilário. **Contabilidade geral**. 19. ed. São Paulo: Atlas, 1997.

GITMAN, Lawrence J. **Princípios de administração financeira**. São Paulo: Pearson, 2004.

INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA – IPEA. **Santas Casas de Misericórdia e hospitais filantrópicos no Brasil: desafios e perspectivas**. Brasília: IPEA, 2019. Disponível em: <https://www.ipea.gov.br/>. Acesso em: 28 abr. 2025.

IRMANDA SANTA CASA DE MISERICÓRDIA DE FERNANDÓPOLIS. **Balanco patrimonial – 2021**. Disponível em: <https://santacasafernandopolis.com.br/transparencia/balancos/>. Acesso em: 20 fev. 2025.

IRMANDA SANTA CASA DE MISERICÓRDIA DE FERNANDÓPOLIS. **Balanco patrimonial – 2022**. Disponível em: <https://santacasafernandopolis.com.br/transparencia/balancos/>. Acesso em: 20 fev. 2025.

IRMANDA SANTA CASA DE MISERICÓRDIA DE FERNANDÓPOLIS. **Balanco patrimonial – 2023**. Disponível em: <https://santacasafernandopolis.com.br/transparencia/balancos/>. Acesso em: 20 fev. 2025.

IUDÍCIBUS, Sérgio de. **Análise de balanços**. 9. ed. São Paulo: Atlas, 2009.

IUDÍCIBUS. **Contabilidade Introdutória**. 10. ed. São Paulo: Atlas, 2009.

JÚNIOR, Francisco Satiro de Souza; PITOMBO, Antônio Sérgio A. de Moraes.

Comentários à Lei de Recuperação de Empresas e Falência: Lei nº 11.101/2005.

São Paulo: Revista dos Tribunais, 2007.

LAGIOIA, Ubaldo Cesar Balthazar et al. **Análise das demonstrações contábeis: uma abordagem teórica e prática**. São Paulo: Atlas, 2014.

LOPES, Alexsandro Broedel; MARTINS, Eliseu. **Teoria da contabilidade**. São Paulo: Atlas, 2005.

MARION, José Carlos. **Análise das demonstrações contábeis**. 8. ed. São Paulo: Atlas, 2019.

MARION. **Contabilidade básica**. 10. ed. São Paulo: Atlas, 2009.

MARION. **Contabilidade empresarial**. 12. ed. São Paulo: Atlas, 2006.

MARION. **Contabilidade para Entidades sem Fins Lucrativos**. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2012.

MATARAZZO, Dante Carmine. **Análise financeira de balanços: abordagem básica e gerencial**. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2003.

MELLO, D.C.S.; CESARO, D.; NECHER, D.S.S. **Disclosure Ambiental: Uma análise das informações ambientais nas demonstrações financeiras da petrobras no período de 2007 a 2012**. In: ... em Ciências Contábeis ..., 2016. Disponível em: <<http://www.atena.org.br/revista/ojs-2.2.38/index.php/UERJ/article/viewArticle/2839>>. Acesso em: 03 abr 2025

NBC TG 26 (R5) – Apresentação das Demonstrações Contábeis. Brasília: Conselho Federal de Contabilidade, 2017. Disponível em: <https://www.cfc.org.br>. Acesso em: 20 fev. 2025.

PADOVEZE, Clóvis Luís. **Contabilidade gerencial: um enfoque em sistema de informação contábil**. 7. ed. São Paulo: Atlas, 2010.

PEREIRA, José. **Contabilidade no terceiro setor: teoria e prática para OSCs**. 2. ed. São Paulo: Atlas, 2020.

PEREIRA, Reinaldo. **A contabilidade como ferramenta de transparência e controle no terceiro setor**. Revista de Administração e Contabilidade, v. 15, n. 2, p. 45–60, 2020.

SALOMÃO, Luis Felipe; SANTOS, Paulo Penalva. **Recuperação judicial, extrajudicial e falência: teoria e prática**. Rio de Janeiro: Forense, 2012.

ZDANOWICZ, José Eduardo. **Finanças Aplicadas para Empresas de Sucesso**. São Paulo: Atlas, 2012.